

## Diagnóstico

- Crise estrutural no setor foi agravada no contexto da pandemia
- Medida anunciada pelo Governo é insuficiente, apenas um paliativo (comparação com Dinamarca, com metade do território e metade dos habitantes: compensações oscilarão entre 50 e 80 por cento das perdas registadas e o montante disponibilizado para o efeito é superior a 24 milhões de euros]
- Dados da VASP sobre quebra das vendas em banca  
75% nos desportivos  
50% em todas as publicações (mais afetados: diários)
- Freelancers sem trabalho (colaboradores dispensados, caso da Global Imagens) – Itália adotou apoio específico para os que estão impedidos de trabalhar, de 600 euros (poderia ser o salário mínimo, já que o apoio estatal para os freelancers está abaixo disso)

## O que está a acontecer neste momento?

- Suspensão de publicações na imprensa regional
- Recurso ao lay-off (sujeito a descontos para a segurança social que atiram o salário líquido para valores abaixo do salário mínimo – isto vale para todos os trabalhadores, devia ser eliminada pelo menos nesta situação extraordinária, até porque o empregador fica isento de pagar essa mesma segurança social)

[que, independentemente da sua necessidade e validade, resulta numa diminuição efetiva da capacidade de produção jornalística, numa altura em que esta é ainda mais necessária]

### Princípios orientadores de todo e qualquer apoio

- abranger apenas órgãos de informação com jornalistas profissionais e/ou jornalistas profissionais (com carteira profissional ou carteira de estagiário)
- o montante do apoio deve crescer a par com o número de jornalistas que determinado órgão de informação emprega (sendo que deverão ser equacionadas outras formas de financiamento para os profissionais que, não sendo jornalistas, são fundamentais para que o jornalismo aconteça)

### O que defende o SJ?

- que o apoio ao setor seja tomado e coordenado pelo primeiro-ministro – este não é um assunto setorial, do ministério a ou da secretaria de estado b, é um assunto da democracia
- que as conversações com o setor arranquem sem mais delongas (o secretário de Estado para o Cinema, Audiovisual e Media garantiu que tal ia acontecer há uma semana, quando anunciou a medida de emergência, mas, desde então, não houve avanços)
- que sejam adotadas, de imediato, outras medidas, com destaque para:  
- redução do porte pago e outros apoios urgentes à imprensa regional (prestando homenagem ao papel do jornalismo no terreno, fundamental neste contexto de cobertura da crise sanitária em curso);

- oferta (aos cidadãos) ou compra (pelo Estado e empresas do setor empresarial do Estado, sendo para isso financiadas) de subscrições online de órgãos de informação;
  - criação de vales através dos quais o Estado ofereça a assinatura de um jornal/meio digital a cada cidadão;
  - assegurar que o Estado e as empresas do setor empresarial do Estado passam a comprar informação jornalística diretamente a quem a produz e não às empresas de clipping, ou crie legislação que obrigue estas a pagarem pela informação que distribuem.
- que sejam postas em marcha, de imediato, outras medidas, com destaque para:
    - benefícios fiscais e alívio de impostos para as empresas de informação e os cidadãos que consomem informação;
    - criação de um imposto sobre as plataformas digitais (mais e mais países na Europa estão a fazê-lo, o mais recente foi o britânico National Union of Journalists/NUJ, um dos maiores sindicatos europeus de jornalistas, que propôs um plano de recuperação dos media no qual sugere uma taxa extraordinária de 6% sobre as plataformas digitais).

Lisboa, 24 de abril de 2020

A Direção do Sindicato dos Jornalistas